

Nação e etnicidade na construção do Império

*Antonio Carlos Amador Gil **

“Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspira a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações com as raças etiópica e índia”.

Martius

“Índio quer continuar vida de índio toda a vida!”

Txã Wã Rãtxowi, índio Tapirapé

*“Brasil nem era Brasil
um dia chegou de longe
o homem civilizado
trazendo em sua bagagem
veneno mais que mortal e
tudo que aqui vivia
em suave harmonia
tocado por tal veneno
foi virando pelo avesso”.*

Milton Nascimento e Fernando Brandt

Nosso objeto de estudo está relacionado com o projeto de construção da nação brasileira em meados do século XIX em que se relacionam intrinsecamente a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a tese de Von Martius e a obra de Varnhagen. É um período muito importante para a nossa história, onde o

* Professor do Dept. de História da UFES, doutorando em história na USP

ecletismo, por exemplo, foi a filosofia que mais profundas raízes encontrou na sociedade brasileira (CRUZ COSTA, 1967: 80). Esta filosofia se coadunava muito bem com as propostas de conciliação de nossas elites, período de “pacificação” tanto no campo político quanto no campo das idéias. Período de profundas influências do Romantismo, um período extremamente complexo e ao mesmo tempo revelador.

Dentre os objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que foi fundado em 1838, estava o de dar sustentação ao projeto de ele cria um elo de ligação europeu mesmo antes do descobrimento. A história da nação brasileira é a história do branco português que segundo Martius (1953:189) absorveu “os pequenos confluente da raça índia e etiópica”, resgatando uma consangüinidade que legitima o embranquecimento da nação brasileira. Foi sem dúvida um projeto de embranquecimento e de europeização, que trouxe várias conseqüências para o Brasil.

A fundação do I.H.G.B.

Não é do nosso intuito narrar aqui todos os acontecimentos que levaram à fundação do Instituto Histórico, mas sim delinear as principais características do próprio Instituto.

Sua fundação se deu por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, basicamente pela proposição de seu primeiro secretário, o marechal Raimundo José da Cunha Matos e de seu secretário adjunto, o cônego Januário da Cunha Barbosa, na seção de 18 de agosto de 1838 do Conselho Administrativo (Wehling, 1983:8). No dia 21 de outubro de 1838 houve a sessão inaugural do Instituto, sendo os estatutos aprovados a 25 de novembro, ocasião em que foi eleita a primeira diretoria assim constituída: Visconde de São Leopoldo (presidente), Cunha Matos (vice-presidente e diretor da seção de Geografia), Araújo Viana (vice-presidente e diretor da seção de História), cônego Januário da Cunha Barbosa (primeiro-secretário e diretor da comissão de estatutos, redação da revista e

arquivo), Silva Maia (segundo-secretário), Pedro de Alcântara Bellegarde (orador) e José Lino de Moura (tesoureiro e diretor da comissão de Fundos) (Wehling, 1983:8).

A principal finalidade do Instituto em termos formais, era o incentivo às pesquisas históricas e geográficas e o incentivo ao recolhimento de documentos importantes para a história do Brasil nas províncias e no exterior, na medida em que até aquele momento, não havia uma política de preservação de documentos e isto era fundamental para a elaboração da “história da nação”. O cônego Januário da Cunha Barbosa instruiu os sócios do Instituto a remeterem à sociedade central no Rio de Janeiro os seguintes documentos: “notícias biográficas, impressas ou manuscritas, dos brasileiros distintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes ou qualquer outra qualidade notável; cópias autênticas de documentos interessantíssimos e extratos de notícias extraídas nas secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis quanto eclesiásticos; notícias sobre os costumes dos índios, sua catequese e civilização; descrições sobre o comércio interno e externo da província, sua indústria e literatura e outros dados gerais, até população e divisão por classes; e notícias de fatos extraordinários”. (Glénisson, 1979:260 ou RIHGB, tomo I, pp. 141 e 142).

Os fundadores do Instituto estavam interessados no processo de institucionalização do Brasil em termos monárquico-constitucionais. Os modelos invocados eram o liberalismo político inglês ou a monarquia burguesa de Luís Felipe. Suas preocupações estavam voltadas para o aperfeiçoamento da administração pública e na melhoria dos quadros políticos do país. Seus objetivos neste sentido podem ser interpretados como um compromisso entre as elites moderadas na tentativa de enfrentar as forças que questionavam o poder central através de movimentos reivindicatórios que chegaram a proclamar a separação política durante o período regencial, vide o caso do Rio Grande do Sul.

O período regencial representou uma ameaça aos interesses dessas elites pois as agitações políticas desse período puseram em risco a monarquia constitucional e todos os interesses que estavam

em jogo, como, por exemplo, a grande propriedade e a escravidão. Os fundadores do I.H.G.B. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) se alinhavam, portanto, nos quadros do Partido do Regresso que, como o próprio nome define, estavam empenhados na consolidação do poder monárquico-constitucional.

A fundação do Instituto Histórico se alinhava às medidas centralizadoras da administração que privilegiavam o poder central. Dentre essas medidas podemos destacar a Lei Interpretativa do Ato Adicional e a Reforma do Código de Processo Criminal.

Havia uma certa unidade ideológica entre os sócios do Instituto, que definia uma certa homogeneidade da produção cultural em termos ideológicos. Certamente, a grande maioria dos sócios possuía uma visão elitista centralizadora, o que não quer dizer que tenha existido um monolitismo de idéias. Vários sócios possuíam certas posições que discordavam do programa anti-abolicionista e centralizador do Regresso, mas os conflitos entre as elites sempre se resolviam quando os interesses da classe dominante como um todo estavam em jogo. É o que podemos perceber no caso das conjurações que punham em risco esta mesma dominação.

O I.H.G.B. e as idéias do século XIX

Durante grande parte do século XIX, o romantismo exerceu grandes influências tanto na Europa quanto no Brasil. Foi sob a bandeira do Romantismo, que está aliás muito associado aos movimentos nacionais, que o Brasil empreendeu sua independência política e estruturou sua vida político-cultural.

Quando da fundação do I.H.G.B., houve também o lançamento da primeira obra romântica brasileira, “Suspiros Poéticos e Saudades” de Domingos Gonçalves de Magalhães em 1836. Os românticos europeus tentaram consolidar as suas histórias nacionais através da reconstituição de um passado medieval próprio. Como o Brasil não possuía este mesmo passado, os românticos brasileiros, e da América como um todo, recorreram ao passado indígena como meio de consolidação do ideal nacional.

O I.H.G.B. não se manteve alheio a estas influências. No seu projeto de construção da idéia de nação, a fórmula nacional-romântica assumiu um papel de grande importância. Nos textos da Revista deste período podemos constatar algumas características nacional-românticas como a idealização do passado histórico brasileiro, a idealização das riquezas naturais e a visão idílica do indígena. Muito antes do indianismo ter se desenvolvido na literatura como em José de Alencar, os artigos da revista já possuíam estudos sobre os indígenas de um ponto de vista etnográfico ou histórico.

Varnhagen não enveredou pelo caminho de idílio do indígena. Sua posição teórica o leva a considerar o índio como um bárbaro, e no seu projeto de nação, a sua integração se dá através da assimilação racial. A “reabilitação” dos indígenas na História seria uma injustiça para com os colonizadores, seria uma inconveniência moral (Varnhagen, 1927:XXI). Sua posição em relação aos índios vai ser analisada com mais detalhes na próxima seção. O que é importante ressaltar, como já foi colocado, é que não havia uma homogeneidade absoluta de idéias entre os sócios do Instituto.

No meio filosófico brasileiro, o ecletismo assumiu um papel de grande importância. O período que vai da abdicação de D. Pedro I até a maioridade de D. Pedro II é um período de grandes conturbações políticas e complicações econômicas. Como já vimos na seção anterior, a fundação do Instituto esteve ligada ao projeto das elites moderadas, ligadas ao Partido do Regresso, que tinham como modelo a monarquia constitucional. A filosofia eclética no Brasil, influenciada por ecléticos franceses como Laromiguière e Victor Cousin, convinha aos interesses desses moderados. O ecletismo propunha uma visão conciliadora, onde todos os sistemas filosóficos exclusivos eram excluídos. Nem somente o idealismo, nem somente o sensualismo no caso de Victor Cousin, mas sim o que de melhor existisse em ambos. O ecletismo propunha a todos os sistemas um tratado de paz, conforme sagazmente definiu Cruz Costa (1967:73). Todos os excessos foram esquecidos, todas as palavras contestatórias foram abrandadas. Esta filosofia passou a

ser uma aliada do Estado na conservação do status quo. Não é sem razão que ela foi a filosofia oficial da monarquia de Luís Felipe e adquiriu o caráter de modelo para as elites brasileiras monárquico-constitucionais.

Houve vários matizes de ecletismo e suas tendências foram examinadas por Taine (Cruz Costa, 1967:80). Algumas mudanças no ecletismo se deram, muitas vezes, a partir de circunstâncias políticas e seu corpo teórico foi considerado por alguns autores como inexistente, sendo apenas uma fusão sem método. Sem dúvida, o ecletismo ou os ecletismos tiveram um papel importante na legitimação do poder monárquico, assumindo certos compromissos políticos. Por isso, o ecletismo adquiriu cada vez mais um sentido vago e impreciso e até contraditório.

Voltando aos textos da revista, podemos perceber que a história ainda era vista numa perspectiva iluminista, pois era compreendida como pragmática, ou seja, ela era a mestra da vida, possuindo um conteúdo pedagógico que a tornava esclarecedora para os homens, fonte de exemplo e qualidades morais. Uma grande quantidade de biografias históricas foram escritas, pois os exemplos das grandes individualidades seriam benéficos para a consolidação da moral e ordem públicas.

A história era considerada o lugar do esclarecimento. Os homens possuíam livre arbítrio, eram responsáveis pelos seus atos, mas deviam seguir os valores da razão, daí então a missão pedagógica da história. Era compreendida também como filosófica (em termos de uma filosofia da história), pois caberia a ela desvelar e demonstrar as regularidades dos fenômenos humanos, as leis que regem a sociedade dos homens. Era compreendida também como história crítica pois estava baseada no estabelecimento de uma verdade histórica apoiada na análise documental. Por isso, o Instituto estava interessado na coleta e preservação de documentos, e através da obra de Varnhagen podemos constatar a preocupação com o trabalho crítico em relação às fontes.

Nos textos do Instituto podemos encontrar também atitudes historicistas juntamente com a posição filosófica iluminista descri-

ta acima. Isto demonstra que, na perspectiva histórica de sua fundação, período em que o ecletismo já tem fincadas as suas raízes na sociedade brasileira, encontramos atitudes difusas e até contraditórias no viver e fazer a história.

Já encontramos difundidas pela Europa, desde o final do século XVIII, as idéias historicistas que, segundo Meinecke, podemos encontrar em Goethe. No Instituto, o visconde de São Leopoldo afirmava que o espírito humano sempre tendia ao progresso, e o cônego Januário da Cunha Barbosa acreditava numa interpretação histórica que possibilitaria a previsão do futuro, ou seja, através do recurso a métodos racionais, seria possível predizer o futuro curso da história humana. Essas tendências demonstram que o Instituto estava acompanhando o movimento intelectual europeu, ao menos em suas linhas gerais. Apesar disso, os grandes historiadores europeus do período não tiveram grande influência entre os sócios do Instituto.

A construção da História brasileira de um ponto de vista nacional - a questão étnica

O período pós-independência legou um quadro social herdado do período colonial que não podia mais permanecer. Durante o período colonial, a metrópole portuguesa reforçava suas posições de dominação através da classificação étnica. Isto obviamente decorria das relações de produção escravistas que determinavam esta classificação.

Com o Brasil independente já não se podia mais classificar os brancos, negros e índios em termos étnicos, mas sim através do novo elemento comum que unia a todos, transformando-os em cidadãos da nova nação. Para a consecução de um projeto nacional era necessário fazer com que todos os habitantes do Estado-nação fossem incluídos, tornando-os co-participantes mesmo que não o fossem realmente. O índio, o branco e o negro tinham que se tornar parceiros na construção da nova nação, eles passavam a constituir o seu povo.

Preocupados com esta questão, os fundadores do Instituto Histórico, representados na figura do cónego Januário da Cunha Barbosa, abrem em 1840 um concurso que tem como tema a melhor maneira de se compor uma história geral do Brasil. E o premiado é o alemão Karl Friedrich Philipp von Martius que tem a sua memória “Como se deve escrever a História do Brasil” publicada na Revista do Instituto no volume VI de 1844 (Martins, 1977:285).

O projeto de Von Martius

Von Martius era um naturalista, que juntamente com Spix empreendeu uma viagem pelo Brasil de 1818 a 1820. Sua premiação deve servir como um dado importante na nossa análise. Isto significa que as idéias contidas no seu ensaio foram consideradas importantes pelo Instituto Histórico.

Martius foi um dos primeiros a assinalar a importância das três raças como fator histórico na formação da nacionalidade brasileira.

“Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história, por isso mesmo tem um cunho muito particular” (Martius, 1953:187)

Cada uma das três raças, segundo ele, era vista como um motor especial, que se associavam e cujo efeito último resultava das modificações que reciprocamente se impunham. Para uma história pragmática, seria um erro desprezar as contribuições do índio e do negro para o “desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população”(Martius, 1953:188).

Martius integra as duas raças marginalizadas mas as mantém submetidas ao motor especial mais forte, o português. Foi o português que deu condições morais e físicas para a formação de uma nação independente, ele é então “o mais poderoso e essencial motor” (Martius, 1953:188).

“O sangue português em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica”(Martius, 1953:189).

A mescla das três raças está intrinsecamente ligada ao embranquecimento da população do Brasil, visto que o sangue português é o rio mais poderoso, é o motor essencial. Esta idéia denota o que está implícito no texto de Martius: o historiador deve estar imbuído de uma “filantropia nobre” para defender as duas raças que foram excluídas da sociedade, e definir as suas influências sobre a raça dominante, portadora da lei, da ordem, da religião, da autoridade, ou seja, da civilização.

O ensaio de Martius é premiado porque enuncia questões que vão ao encontro do projeto ideado por uma parcela significativa das elites brasileiras, de constituição do nacional. Um nacional embranquecido, europeizado e monarquista-constitucional. Martius, no final de seu trabalho, comenta que a história do Brasil a ser feita, deve estar endereçada a todos os republicanos, para convencê-los da impossibilidade de seus projetos, na medida em que num país em que há tão grande número de escravos é necessária uma monarquia. O historiador do Brasil que quiser prestar “um serviço à sua pátria, deverá escrever como um autor monárquico-constitucional” (Martius, 1953:204). A história é a mestra da vida, e segundo Martius ela será capaz de demonstrar a todos os republicanos a insensatez de suas idéias.

No decorrer de seu ensaio, Martius passa a demonstrar as possíveis novas fontes de pesquisa e de abordagem que poderiam ser manipuladas pelo historiador para o estudo das três etnias.

Em relação aos índios, Martius advoga a importância do estudo da língua tupi, de onde seria possível extrair muitos ensinamentos. Sua atenção está voltada para o grande número de tribos que falam a mesma língua e acredita que tenham pertencido a um único e grande povo que “de um estado florescente de civilização, decaiu para o atual estado de degradação e dissolução”(Martius, 1953:191).

Quanto aos portugueses, mereceria importantes estudos o sistema de milícias, que fortaleceram e conservaram o espírito aventureiro e descobridor dos portugueses. Este sistema teria estimulado a extensão do domínio português e também favorecido o “desenvolvimento de instituições municipais livres” (Martius, 1953:194).

Também não pode ser compreendida a colonização do Brasil, segundo Martius, se não a associarmos ao processo de expansão marítima, que não pode ser considerado como um processo isolado. O estudo da legislação e da sociedade portuguesa, assim como do clero e, particularmente, das ordens religiosas também se tornara indispensável. Estas atividades no Brasil, possibilitaram-lhes reunir um arquivo importantíssimo sobre a vida doméstica e civil, a língua e os costumes dos índios e dos colonos. Torna-se necessário, portanto, que estas fontes não só na Península Ibérica, mas também em outros países sejam suficientemente exploradas.

O historiador, segundo Martius, deve transportar-nos à casa do cidadão brasileiro, e deve analisar as suas formas de viver e de se relacionar através dos séculos. São diversas as observações e análises a serem feitas: as relações de trabalho e produção no campo e nas cidades; o comércio; as escolas e o método de ensino; a poesia, a retórica e todas as ciências; a vida militar em Portugal e no Brasil; as narrativas das numerosas viagens de descobertas e incursões para o interior (as entradas); os mitos populares. Toda esta diversidade de fontes oferecem ao historiador-pragmático novas possibilidades de análise que podem contribuir para a construção da história do Brasil.

Em relação ao negro, Martius é bem mais sucinto em suas sugestões. É importante estudar seus costumes, as circunstâncias da colonização portuguesa na África e como foi organizado o tráfico de escravos.

Outra idéia importante proposta em sua metodologia está ligada à forma como deve ter uma história geral do Brasil. Um historiador deve saber conciliar num corpo coerente as diversidades brasileiras sem perder de vista a unidade. Ou melhor, o historiador

não deve dirigir suas preferências para a história detalhada de um certo aspecto, como por exemplo, a história de uma província, ao mesmo tempo em que não pode deixar de levar em consideração as particularidades importantes de cada uma.

Martius elogia as obras publicadas sobre as províncias em separado, mas exclui do seu projeto o grande número de fatos e circunstâncias insignificantes que normalmente estão associados a este tipo de trabalho. Ele está engajado num projeto de como se pode escrever uma história geral, e para isso é necessário realçar “o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história” (Martius, 1953:202). Devem ser tratadas conjuntamente as partes do país que possuam grandes semelhanças e é indispensável, segundo Martius, que o historiador conheça *in loco* estas semelhanças e diferenças.

Estas são, em linhas gerais, as idéias de Martius que podem ser consideradas como um roteiro metodológico para a construção de uma história geral do Brasil. Wilson Martins afirma que, nas perspectivas da história intelectual, Varnhagen seguiu à risca o programa traçado por Martius (Martins, 1977:511). Capistrano de Abreu afirmou que “Varnhagen, com o plano de Martius, atirou-se francamente ao estudo” (Abreu, 1975:196), ou seja, tomou o plano de Martius como um roteiro metodológico. Varnhagen é o autor da famosa obra “História Geral do Brasil” e é o seu projeto de história que analisaremos a partir de agora.

A História Geral do Brasil

Nascido em São João de Ipanema (Sorocaba) em 17 de fevereiro de 1816, filho de pai alemão e mãe portuguesa, viveu os quase primeiros oito anos no Brasil. Fez seus estudos em Portugal e somente assumiu a nacionalidade brasileira em 1841 e passa a atuar, a partir de então, no serviço diplomático brasileiro.

Apesar de sua formação militar, fez vários cursos relacionados com a sua futura atividade de historiador, pois estudou paleografia, diplomática e economia política. Já em 1835, Varnhagen

começou as suas pesquisas historiográficas sobre Gabriel Soares de Souza, da qual resultou a obra “Reflexões Críticas” que foi apresentada na Academia de Ciências de Lisboa em 1838.

Sua opção de nacionalidade está, a nosso ver, muito ligada a uma atmosfera romântica que pairava sobre a intelectualidade européia. Sua pequena estada no Brasil durante a infância, sua permanência em Portugal, que tinha naquele momento relações ressentidas com o Brasil, e o seu ambiente familiar sem nenhuma ligação com o Brasil, obriga-nos a indagar se sua opção foi realmente um exemplo de patriotismo e brasileiro como querem alguns.

Como afirma Nilo Odália, para um jovem da época, pertencer a uma dessas nações livres do Novo Mundo, percorrer e participar de sua formação e de seu destino, deveria surgir aos seus olhos deslumbrados, como a possibilidade única de concretizar o desejo de pertencer à História e ao seu tempo (Varnhagen, 1979:9).

Sua atividade diplomática lhe facilitou a consulta a diversos arquivos estrangeiros, o que lhe auxiliou a enriquecer a história do Brasil com documentos novos e originais. Varnhagen passou a ser assíduo colaborador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, chegando a ser primeiro-secretário. Seu trabalho foi patrocinado por D. Pedro II através do qual obteve seus títulos nobiliárquicos.

Sua obra mais significativa “História Geral do Brasil” teve a sua primeira edição em meados do século XIX (1854-57). Nesta sua obra temos a oportunidade de constatar que as suas idéias sobre o indígena discordam frontalmente do pensar idílico-romântico que era dominante na época e que marcava profundamente muitos sócios do Instituto e grande parte da intelectualidade.

Em seu prefácio à primeira edição, Varnhagen afirma que os índios têm sido pouco estudados e “que não falta quem seja de voto que se devem de todo reabilitar, por motivos cujas vantagens de moralidade, de justiça ou de conveniência social desconhecemos - nós que como historiadores sacrificamos tudo às convicções da consciência e estamos persuadidos de que, se, por figuradas idéias de brasileiro, os quiséssemos indevidamente exaltar, concluirí-

amos por ser injustos com eles, com os colonizadores, com a humanidade em geral, que toda constitui uma só raça, e portanto com a nação atual brasileira, a que nos gloriamos de pertencer (Varnhagen, 1927:XXI).

Vemos portanto que Varnhagen considera a reabilitação ou a idealização do índio como uma injustiça para com os colonizadores, ou seja, os portugueses. Ele não vê nenhuma vantagem moral nesta reabilitação na medida em que se basearia num falso brasileiro. Isto está intrinsecamente ligado à sua concepção de história que vê o colonizador português como o representante máximo da civilização.

Ele se diz pertencente à escola histórica que é alheia a um sentimentalismo exagerado, “que pretendendo comover muito, chega a afastar-se da própria verdade” (Varnhagen, 1927:XII). E aos que lamentem a refutação de mitos e falsos heroísmos, recomenda a resignação “ante a verdade dos fatos” (Varnhagen, 1927:XIII).

Varnhagen também afirma: “No tratar dos colonizadores portugueses, dos bárbaros africanos e dos selvagens índios procuramos ser tão justos como nos ditaram a razão, o coração e a consciência” (Varnhagen, 1927:XXI). E se defende: “Se houvéssimos querido seguir comodamente as pisadas de alguns, que, nos pontos mais difíceis e melindrosos, em vez de os estudar e submeter à discussão pública, procuram eximir-se de dar o seu parecer, mui fácil nos houvera sido narrar de modo que, se não contentasse a todos, pelo menos não descontentasse a nenhum, como às vezes, hoje em dia, fazem certos políticos, de ordinário não sem prejuízo da causa pública” (Varnhagen, 1927:XXI).

Segundo Clado Ribeiro Lessa, Varnhagen nem sempre pensou dessa maneira em relação aos índios. Influenciado pelas idéias dominantes de sua época de juventude, alimentado pelas idéias de Rousseau, Varnhagen escreveu, ainda em Portugal, um conto baseado na carta de Pero Vaz de Caminha, no qual descreve “o idílio da civilização com a terra virgem no alegre convívio dos companheiros de Cabral com os tupiniquins de Porto Seguro, e narrou os amores de um jovem português (Braz Ribeiro) com Ipeca, linda

virgem das selvas. Sente-se aí a influência da aventura de Caramuru e o tema precursor da Iracema de Alencar” (Lessa, 1954).

Esta visão romântica foi abalada quando da sua viagem pelo sul do Brasil em fins de 1840. Segundo Lessa, o contato com a mata virgem marcou Varnhagen profundamente:

(...)“desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um governo regular, em tantos lugares do seu território achavam-se (e acham-se ainda) um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais”(Lessa, 1954:121)

Esta viagem pode ter de alguma maneira influenciado Varnhagen, mas não acreditamos que esta seja uma explicação válida. Esta aparente ingenuidade do autor desta biografia sobre Varnhagen, encobre as verdadeiras razões do posicionamento de Varnhagen. Clado Ribeiro Lessa é um autor comprometido com a visão de Varnhagen e a todo o momento, o justifica e o louva.

Podemos encontrar melhores explicações se nos voltarmos para o projeto político que Varnhagen implementa através de sua obra. Sua história está intrinsecamente ligada com os projetos de uma classe dominante que pretende construir uma idéia de nação brasileira.

Este projeto político tem como algumas de suas metas: formar uma nação branca e européia; criar um Estado suficientemente forte e centralizado, que conduziria o projeto de construção da nação; e a constituição de uma população que seria a mescla das três raças existentes.

O historiador teria como função dar forma e conteúdo a este projeto político. É por isso que Varnhagen, em sua obra, estrutura a sua história em função do Estado e do novo homem brasileiro, que seria fruto da assimilação racial dos índios e dos negros. Acerca do modo como Varnhagen realizou seu projeto de História Geral, ele

afirma no prólogo à segunda edição, que procurou se ocupar principalmente dos fatos relacionados com o verdadeiro desenvolvimento e civilização do país, não se atendo à narração de sucessos políticos ou “estéreis biografias dos mandões”. Varnhagen tenta, a nosso ver, conciliar num corpo coerente, as diversidades, sem perder de vista a unidade, o que vai ao encontro do pensamento de Martius.

A história colonial de Varnhagen demonstra a superioridade do homem branco, do português, que se impõe aos índios e aos negros. Em seu prefácio à primeira edição, ele insiste “na verdadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonizadores, do de barbárie dos colonos escravos trazidos impiamente da África, e do de selvageria dos povos, últimos invasores nômades que ocupavam em geral o território que hoje chamamos Brasil” (Varnhagen, 1927:XX).

A nação brasileira terá de ser branca e europeizada, na medida em que a civilização européia representa tudo que é superior, ela significa a lei, a ordem, a religião e a autoridade, enquanto o Estado assume o papel de árbitro, sendo o grande tutor, imparcial e onipresente, que cuidará para que a nação se constitua “pacificamente”, numa transição que não ameçasse o status quo da classe dominante. Sua visão em relação ao índio é pois facilmente explicável de acordo com o seu projeto político.

As guerras entre as tribos, as suas contendas eram por ele criticadas visto que:

(...)“tais rixas perpetuariam neste abençoado solo, a anarquia selvagem, ou viriam a deixá-lo sem população, se a providência divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e degradante estado! Para fazermos, porém, melhor idéia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma idéia

de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia. A infância física, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias. E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberbecer-se, ao ler as poucas lisonjeiras páginas que vão seguir-se”(...) (Varnhagen, 1959:30).

Varnhagen deixa bem clara a sua posição. Vai descrever com maiores detalhes a vida dos índios para que percebamos com maior clareza a mudança trazida com o conquistador, com a civilização, com o cristianismo. É o encanto e a superioridade da civilização sobre a barbárie.

No estado selvagem, sem os vínculos das leis e da religião, o ser humano propende a ferocidade, “quase se metamorfoseia em fera” (Varnhagen, 1959:52). Varnhagen não entendia porque ainda existiam poetas e filósofos que viam no estado selvagem um lugar de felicidade.

O índio, o bárbaro, era vaidoso e independente e desconhecia os “direitos da razão” e a “supremacia da consciência”. Era sempre dissimulado e aproveitava a primeira ocasião para cometer um assassinato porque seus estímulos eram a fome e a vingança.

Varnhagen se detém com meticulosidade na descrição dos combates entre índios e brancos. A conquista da terra na época colonial não era fácil, e exigia muita coragem e valor. A conquista por meio das armas, feita com o sangue dos colonizadores, legitimava a posse da terra. Varnhagen via neste processo de conquista da terra, o fundamento da nacionalidade. A vitória do colonizador legitimava a superioridade cultural e civilizatória do homem branco europeu.

Esta superioridade permitiria guiar o processo civilizatório e, os índios e os negros (os vencidos) não teriam outra opção a não ser se integrarem neste processo. Não há outra alternativa para os índios e os negros que não seja a assimilação racial. O projeto de

construção da nação brasileira proposto e defendido por Varnhagen é um projeto de embranquecimento da sua população.

A miscigenação racial significa então absorver os componentes indesejáveis da população de uma maneira “natural”. Isto era manipulado como um grande álibi, visto que a absorção desses elementos indesejáveis se daria espontaneamente e encobriria o assassinato de índios e negros. Varnhagen possui uma teoria muito “sui generis” sobre a diminuição do número de indígenas.

“A abundância que havia de mestiços e mamelucos, que, segundo os jesuítas, eram os autores de tantas invasões de índios indômitos no sertão, vem em auxílio dos que cremos que o tipo índio desapareceu, mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro e cruel extermínio” (Varnhagen, 1959:215).

Ora, ele mesmo, numa outra passagem de sua história, justifica o aprisionamento de índios, o que representa uma forma violenta de destruição da cultura indígena. Tudo obviamente com um aparente caráter civilizador e de justiça.

“No cativar o gentio da própria capitania foram os donatários mui poucos, e só consideravam legitimamente seus os que haviam sido aprisionados na guerra. E devemos confessar que esta prática, fundada no chamado direito dos vencedores, tinha tendências civilizadoras, e em alguns pontos chegou a produzir o influxo benéfico de poupar muitas vidas, fazendo que os mesmos vencedores guardassem, para resgatar com os nossos, os prisioneiros que segundo seus hábitos deviam matar” (Varnhagen, 1959:217).

Varnhagen chega a afirmar que a filantropia e a piedade dos jesuítas foram as responsáveis por existirem tantos índios nos

sertões “devorando-se uns aos outros”, porque os índios só eram chamados à civilização pelos demorados meios da catequese.

Sua crítica aos jesuítas é reforçada ainda mais quando afirma que o uso e as leis coibiram a cobiça dos colonos no arrebanhar os selvagens do Brasil, levando estes mesmos colonos a cruzarem os mares em busca de habitantes de nações igualmente bárbaras.

Estas duas concepções não têm hoje em dia nenhuma sustentação no que tange a questão dos jesuítas e o trabalho dos indígenas. Vários estudiosos já comprovaram que o trabalho do negro respondia às necessidades mercantis inerentes ao sistema de monopólio comercial.

Para Varnhagen, a miscigenação entre o índio e o branco possuía um significado muito importante pois representava um retorno às origens mediterrâneas dos indígenas. Segundo Varnhagen, os tupis descendiam de povos navegadores do Mediterrâneo. Esta afirmação é por ele demonstrada através de diversas características semelhantes entre os povos do Mediterrâneo, das Canárias e das Américas. Ele afirma ter “quase a convicção” de que houve uma grande imigração de Cários da Ásia Menor para o Brasil. Além disso, afirma haver uma certa semelhança entre o tupi e o egípcio antigo não só nas formas gramaticais como também num grande número de palavras.

Esta associação entre o indígena brasileiro e uma possível ascendência mediterrânica pode parecer um grande “non sense” científico, mas suas teorias se justificam quando percebemos sua intenção de fazer surgir uma nação branca e europeizada, que poderia ser explicada através do reencontro e da assimilação, visto que a ascendência indígena seria semelhante a do branco europeu.

Suas interpretações, que não exaltavam o indígena foram motivo de algumas críticas, as quais Varnhagen respondeu se dizendo comprometido com a verdade dos fatos. Sua posição não significava que tivesse menosprezado a participação do índio na história brasileira. Segundo ele, os fatos foram apurados exclusivamente pelo critério histórico, inclusive “os que respeitam a etnografia

e antropologia tupi, de cuja língua procuramos popularizar entre nós o estudo, levando a cabo a custosa reimpressão da gramática e dos valiosos dicionários do Padre Montoya. Foi a melhor resposta que podíamos dar aos que levianamente nos acusam de prevenção contra os antigos habitantes desta região, denominados impropriamente indígenas, esquecendo-se em tais acusações, de que em 1840 sustentávamos a necessidade do estudo e ensino das línguas da terra a que já nos votávamos, de que em 1849 propúnhamos que se pedissem das províncias certas informações acerca dos índios; de que conseguíramos a criação no Instituto do Rio da seção de etnografia; e finalmente de que fora nesse campo que mais importantes investigações havíamos tido a fortuna de apresentar acerca da história pátria”(Varnhagen, 1927:XIV).

Certamente Varnhagen foi um historiador que se debruçou sobre os indígenas, escreveu vários trabalhos sobre eles, mas o século XIX pouco discutiu a problemática do fato histórico e da verdade histórica. Os fatos históricos são construções, visto que os historiadores podem construí-los de diversas maneiras, a partir da seleção prévia dos dados que lhes interessem. Neste caso, Varnhagen construiu a sua verdade dos fatos que se encaixava perfeitamente com o seu projeto. Varnhagen não deixou de analisar a participação do indígena na história brasileira, mas enquanto objeto de estudo menosprezou o indígena enquanto uma cultura autônoma.

Sua posição em relação aos negros era semelhante, na medida em que considerava-os frutos da barbárie, sendo sua vinda para o Brasil como escravos considerada uma melhoria de vida. Nas regiões africanas, “a liberdade individual não estava assegurada; pelo que os mais fortes vendiam os fracos, os pais os filhos, e os vencedores com muito maior razão, os inimigos vencidos. Assim, ainda passando tais gentes ao Brasil, com as condições da escravidão romana, isto é, de serem coisa venal ou bem móvel, melhoravam elas de sorte”(Varnhagen, 1959:224).

As explicações para a vinda dos escravos africanos está ligada, segundo Varnhagen, à proibição da escravidão indígena e ao fato de que os africanos eram mais fortes e resistiam mais ao

trabalho que os índios. Além disso, afirma que a escravidão negra no Brasil foi mais suave que qualquer outro país da América. Muitos quilombos, segundo ele, foram formados por “pretos mais ociosos nos engenhos”.

Estes são alguns dos lugares-comuns, alguns dos mitos que até hoje ainda persistem ao nível do senso-comum e são repetidos em alguns livros didáticos.

A escravidão negra não pode deixar de ser analisada dentro da dinâmica do sistema colonial geradora de lucros para as metrópoles. O próprio Varnhagen afirmava: “um dos meios com que mais dinheiro se ajuntava era o tráfico dos pretos”(Varnhagen, 1959:20).

Como vimos até o momento, a história colonial escrita por Varnhagen demonstra a superioridade do branco vencedor, a superioridade da cultura e da civilização européia.

A leitura de Varnhagen deve ser feita também, como já foi dito anteriormente, em função de mais dois elementos básicos, a Nação e o Estado, sem os quais não poderíamos delimitar corretamente a questão étnica em seu projeto político.

Em seu projeto, a nação se apresenta como uma nação branca e europeizada onde o Estado assume o papel de dirigente do processo de consolidação desse projeto de nação. O Estado em Varnhagen é anterior à nação, para ele o Estado deve ser suficientemente forte e centralizado para que levasse a cabo suas funções.

O Estado assume “o papel de instrumento neutro de realização da nação ideal”(Varnhagen, 1979:21). E qualquer coisa que possa corromper ou diminuir o poder desse Estado é imediatamente rechaçada. Por isso, Varnhagen condena as tentativas de separação de Minas e da Bahia representadas pela Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Para ele a Inconfidência Mineira não passou de uma conspiração que simbolizou uma tentativa de destruição do poder e da força do Estado Português.

Isto pode parecer contraditório, mas não o é. Sua fidelidade ao Estado Português não é em seu projeto uma traição à nova nação que estava prestes a surgir. Para Varnhagen não há uma ruptura entre o Estado Português e o Estado Brasileiro. A passagem de

colônia à Estado independente se faz com o incentivo do Estado Português. Varnhagen, inclusive afirma, quando analisa o processo de colonização, que Portugal adotou o sistema de capitanias hereditárias pois já reconhecia a independência do Brasil no período anterior à colonização.

Essa continuidade entre o Estado Português e o Estado Brasileiro fazia parte do projeto de nossas elites que implementaram a independência política, tentando manter a unidade territorial, preservando-a dos perigos da fragmentação. Somente um Estado forte, com um poder centralizado e monárquico teria condições de construir uma nação forte e unitária.

Por isso Varnhagen condena as iniciativas de libertação ligadas à conjuntura de crise do antigo sistema colonial. Elas eram vistas como um perigo e se tivessem triunfado, significariam provavelmente a quebra da união, e possivelmente um esfacelamento político semelhante ao da América Espanhola.

Há toda uma mitificação da unidade nacional sendo construída e a questão da unidade racial e territorial aí estão embutidas. Nas condições em que se realizou a independência, as contradições inerentes ao sistema colonial poderiam se radicalizar. A permanência da escravidão manteve o receio das elites de que sem um Estado forte poderiam acontecer rebeliões negras como as do Haiti.

O projeto político de Varnhagen reforça o poder do Estado enquanto agente constituinte da nação, que implementa a miscigenação forçada, o centralismo e o autoritarismo, no sentido de preservar a unidade territorial, impor a unidade racial e europeizar a nação a ser construída.

A construção da identidade nacional

A nosso ver, transparece na história de Varnhagen, o plano de Martius. Tanto Martius como Varnhagen estavam lidando com as diferenças e tentavam construir um esboço de identidade nacional.

No encontro de culturas, o domínio é engendrado através da construção da diferença. Em outras palavras, tornam a cultura diferente uma inimiga, para vencê-la e subjugar-la em nome da razão dela ser perversamente diferente e precisar ser tornada igual: civilizá-la.

Para dominar e para tirar proveitos materiais conseqüentes do domínio é preciso tornar o índio “selvagem” e o negro “bárbaro” no índio cristianizado e no negro civilizado. Todos que penetram na cultura branca européia, a minoria dos diferentes, passam a ter um lugar social adequado.

A assimilação significa tornar o outro, o diferente, mais igual. Ser desigual mas sem tantas diferenças. Com isto, o outro, a cultura dominada, passa a ter maior utilidade, pode ser colocada sem muitos problemas a serviço das classes dominantes, ou seja, da cultura dominante.

Ao negro africano, ao escravo trazido nos navios negreiros se batizava no porto de chegada, recebia um nome cristão. Aprendia também a língua do senhor e a mesma religião. Isto era o caminho para reduzir as diferenças que tornavam eficazes os usos da desigualdade.

Aos filhos dos índios abriam escolas e punham roupas de algodão. Os índios, segundo vocabulário corrente, se reduziam, se aldeavam, se civilizavam. Louvava-se o fato dos índios não comerem mais carne humana mas o morticínio dos índios em progressão geométrica, era civilizadamente escondido da história. Os índios reduzidos não eram iguais aos brancos, mas as diferenças eram reduzidas, assim serviam melhor aos interesses dos negócios dos brancos.

O projeto de construção da nação segundo Martius e Varnhagen, se baseava exatamente nesta construção da identidade nacional. Reduzir as diferenças dos povos dominados para que se tornassem úteis ao homem branco colonizador.

As contribuições do indígena e do negro são analisadas, em ambos, através das contribuições menores dessas etnias sobre a cultura do branco europeu, cultura dominante que absorveu algu-

mas características das culturas dominadas. Suas concepções a respeito da colonização são semelhantes. Tanto um quanto outro privilegiam o elemento colonizador, o civilizador, o branco português e defendem o embranquecimento da população.

Varnhagen é um pouco mais radical, pois para ele a miscigenação racial absorve de maneira “natural” o elemento indígena e elimina o componente não desejado da população, o negro. A identidade nacional em Varnhagen está ligada à unidade racial com a absorção do índio e a eliminação do negro. Mas o que assistimos atualmente é, ao contrário, a assimilação do negro e a eliminação do índio.

Este processo gerou obviamente resistências. Os índios lutaram para manter seus espaços de autonomia e os negros através de revoltas e quilombos demonstraram também suas resistências.

Vários livros didáticos de história continuam a negar, principalmente ao índio, mas também ao negro, as suas identidades culturais, pois só adquirem significado a partir do momento em que entram em contato com a civilização branca européia.

Conclusão

A leitura de Varnhagen feita nos nossos dias é vista como enfadonha e sem muito valor por várias pessoas, inclusive no meio acadêmico. As interpretações recentes da obra de Varnhagen, com pouquíssimas exceções, transformaram-na numa aula de civismo, num exemplo de amor à pátria, onde o único critério aferidor de sua qualidade está ligado com sua erudição histórica e seu trabalho perseverante com as fontes históricas. Sem dúvida, ela representou um salto qualitativo no trabalhar a história, através da pesquisa em arquivos, em bibliotecas, cartórios, etc. Mas qual o valor de sua história nos dias atuais?

É cultivada também a idéia de que é necessário ler a obra de Varnhagen, o primeiro mestre da historiografia brasileira segundo José Honório Rodrigues, para se conhecer a “História do Brasil”. Como já pudemos constatar no correr deste nosso artigo, a leitura

de Varnhagen representa o testemunho histórico de um momento chave da história política do Brasil. Testemunho este, comprometido com um projeto político específico de construção da nação, patrocinado pelas elites brasileiras moderadas, comprometidas com a preservação de seu status quo.

Excluamos portanto a pretensão de se conhecer a história do Brasil, mas sim uma de suas histórias. A História Geral do Brasil de Varnhagen ganha uma importância fundamental quando a pensamos em meados do século XIX. Os temas por ele abordados se tornaram recorrentes em nossa historiografia, vários inclusive até os dias de hoje.

Sua leitura nos põe em contato com um pensamento que busca legitimar um processo de dominação social no momento da construção de um projeto de nação. A partir do momento em que se aborda a obra de Varnhagen a partir do ideário de seu projeto político, as contradições aparentes se dissipam e a verdadeira face do erudito e historiador Varnhagen se revela.

Seu projeto está ligado, como já foi visto durante este artigo, à constituição de uma nação embranquecida e europeizada e à manutenção de um Estado forte e centralizado que instrumentalizasse o surgimento da “nação brasileira unificada e poderosa”.

Sua obra tratou de algumas questões que até hoje estão na ordem do dia, como, por exemplo, a organização do Estado, a definição de seu papel na sociedade, a centralização do poder político e a questão social.

O papel do Estado forte e centralizador assumiu características novas na sociedade capitalista atual, mas continua marcando caracteristicamente a nossa sociedade.

A política racial ainda se mantém numa perspectiva de embranquecimento populacional confirmada pelas estatísticas do IBGE. A propaganda nos meios de comunicação de massa ainda discriminam o negro e o índio, assim como as menores qualificações no trabalho e as piores condições de vida pertencem em sua maioria à população negra.

Estas questões são ainda prementes quando somos informados pelos meios de comunicação do massacre de índios em reservas indígenas na Amazônia por causa de disputas de terras, de exploração madeireira ou de extração de metais preciosos.

Há bem pouco tempo foram comemorados os cem anos da abolição da escravidão. O movimento negro questionou esta comemoração a partir da constatação de que os negros brasileiros ainda sofrem discriminações em todos os níveis. Discute-se a abolição que não ofereceu oportunidades reais de trabalho e educação, assim como a ideologia oficial que continuou a discriminar o negro, ideologia da qual Varnhagen é um dos construtores.

Daí a atualidade e a importância da decodificação e tomada de consciência das obras de Martius e Varnhagen, que nos revelam alguns pontos da formação de uma ideologia que tentou instaurar a nação brasileira e legitimar um processo de dominação social.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. 1975. *Ensaio e Estudos: Crítica e História*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1a. série.

BENDIX, Reinhard. 1977. *Nation-building and citizenship: studies of four changing social order*. Berkeley: University of California Press.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1986. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense.

CRUZ COSTA. 1967. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- GLÉNISSON, Jean. 1979. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 3a. ed. São Paulo, DIFEL. Com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa.
- LESSA, Clado Ribeiro de. 1954. "Vida e obra de Varnhagen". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro-Brasília, vol. 223.
- MARTINS, Wilson. 1977. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix; Ed. da USP.
- MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. 1953. "Como se deve escrever a História do Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro-Brasília, vol.219. Reimpressão da RIHGB, tomo 6, 1844.
- MEINECKE, Friedrich. 1943. *El historicismo y su genesis*. México: Fondo de Cultura Económica.
- RANKE, Leopold von. 1979. *Ranke*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, núm.8. Organização de Sérgio Buarque de Holanda.
- RODRIGUES, José Honório. 1982. *História Combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 1927. "Prefácio da 1a. edição". "Prólogo da 2a. edição". "Explicação e dedicatória a D. Pedro II". *História Geral do Brasil*. 3a. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 1959. *História Geral do Brasil*. 6a. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 1979. *Varnhagen*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, núm.9. Organização de Nilo Odália.

WEHLING, Arno. 1983. "As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro-Brasília, vol. 33.